



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO-GERAL DE ESTUDOS E PREVISÃO

MEMORANDUM

Para: Dr. Pedro Dias, Secretário do Conselho Superior de Estatística

De: Fernando Chau, director-geral

Data: 9 de Abril de 2001
FC/memo90401

Assunto: Pedido de acesso aos micro-dados do INE

1. A direcção-geral de Estudos e Previsão tem desenvolvido alguns estudos de índole aplicada na análise da política fiscal a partir de micro-dados disponibilizados pela Administração Tributária. Dada a riqueza em informação das bases de micro-dados, a DGEP planeia intensificar os estudos recorrendo a este tipo de informação, possibilitados pelos significativos progressos na capacidade de tratamento e de armazenamento de informação dos computadores pessoais.
2. O ex-Gabinete de Estudos Económicos, antecessor da DGEP, iniciou a construção de instrumentos baseados em micro-dados, nomeadamente na análise das políticas fiscais. Desde 1996, a DGEP adoptou o *software* Stata e tem estudado amostras aleatórias das declarações do IRS (modelos 1 e 2) anonimizados e os resultados foram publicados (Gouveia, Miguel e Neves, Pedro, N., (1997), *Modelo de Impostos e Benefícios com aplicação ao IRS*, Ciência e Técnica Fiscal, nº386, Abril-Junho; Sarmento, Luís M., (1996), *Progressividade no IRS- o caso do modelo 1*, Boletim Trimestral do Banco de Portugal, Junho; Reis, Helder (2000), *Impacto do Pacote Fiscal do OE99 nas Receitas de IRS*, DGEP, documento de trabalho nº 18, Ministério das Finanças).
3. A DGEP participa nos trabalhos do Comité de Política Económica da UE como representante do Ministério das Finanças. Este Comité publicou, em Setembro passado, um estudo relativo aos efeitos do envelhecimento das populações dos Estados-membros nas respectivas finanças públicas. A pedido do Conselho Ecofin, o CPE pretende examinar o impacto do envelhecimento da população na despesa em saúde dos Estado-membro. O IGIF do Ministério da Saúde tem-nos apoiado neste projecto, fornecendo informação estatística e qualitativa. No entanto, as projecções de longo prazo podem beneficiar da informação mais detalhada existente nas bases de dados do INE, nomeadamente, da informação contida nos micro-dados (anonimizados) dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF), dos Inquéritos às IPSS e do Painel das Famílias.
4. O IOF poderá permitir-nos estudar o custo médio em despesa de saúde de uma pessoa com 80 anos de idade comparativamente com uma pessoa de 60 anos de idade, etc..



Tendo por base a evolução dos hábitos alimentares por escalões etários, será possível fundamentar a adopção de cenários alternativos na base de parâmetros da despesa em saúde nas projecção de longo prazo. Por outro lado, o IOF permitir-nos-á examinar melhor a base do imposto de Valor Acrescentado e, usando técnicas apropriadas, estudar os efeitos quer no bem estar quer na receita do imposto duma alteração da política de prestações sociais ou até da política fiscal.

5. Relativamente aos custos de cuidados em saúde “normais” do envelhecimento das populações, o exame dos micro-dados do Inquérito às IPSS parece ser de grande importância.

6. O Painel das Famílias é também um instrumento muito importante no estudo das políticas fiscais, de segurança social e da educação (e formação profissional). A informação deste painel poderá ser usada para estudar a eficácia das políticas.

7. Em conclusão, a DGEP vem pedir a atenção de V.Exa quanto ao acesso aos micro dados dos IOF (desde 1980), do Painel das Famílias e dos Inquéritos às IPSS. Estes dados poderão ajudar as autoridades apresentar projecções e simulações de política económica e social numa base mais fundada. Por outro lado, são fundamentais para se avançar nos projectos de investigação que permitirão um melhor conhecimento da realidade portuguesa, podendo contribuir para a adopção de políticas públicas mais eficientes e racionais.

DGEP, 9 de Abril de 2001

Conselho Superior de Estatística

O Conselho Superior de Estatística agradece e solicita o maior rigor no preenchimento deste Anexo no sentido de tornar mais célere a condução do processo tendente à libertação dos dados solicitados.

Este anexo tem, no entanto, um carácter de enquadramento de todos os materiais enviados pela entidade solicitante com vista ao deferimento do seu pedido.

Entidade solicitante:	Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças
Pedido:	Acesso aos micro dados dos Inquéritos dos Orçamentos Familiares, dos Inquéritos às IPSS e do Painel das Famílias
Data:	23 de Abril de 2001

A1.2 - Enquadramento legal

Competências: (art. 3º do DL 48/98, de 7 de Março de 1998)

a) realizar trabalhos de investigação científica no domínio da economia, particularmente em matérias relevantes para o apoio da decisão e definição da política económica; ... d) estudar e propor medidas de política económica; ... e) elaborar projecções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;

Atribuições: (art. 2º do DL 48/98, de 7 de Março de 1998)

A DGEP é o serviço do Ministério das Finanças que tem por missão fundamental o conselho económico e técnico do Ministro das Finanças e dos secretários de Estado em matéria de política macroeconómica. A missão da DGEP é prosseguida tendo por base a investigação científica teórica e aplicada no domínio da economia...

Anexe por favor fotocópia da legislação reguladora em vigor

A1.3 - Pedido principal

Elementos: Os micro-dados, individualizados e anonimizados dos vários Inquéritos aos Orçamentos Familiares, são usados no projecto em causa para uma análise detalhada por categoria de rendimento (salários, pensões, juros dividendos, etc.), idade e sexo, da despesa em bens e serviços, nomeadamente em cuidados com a saúde e tipos de despesas em saúde. Os dados da despesa em cuidados de saúde das IPSS servirão para a estimação do custo em saúde dos grupos etários seniores que recorrem a este tipo de instituição.

Variáveis: Rendimento; idade; sexo; despesa em bens e serviços (por classes e subclasses); despesa em saúde (medicamentos, tratamentos, consultas, cirurgia, análises, etc.).
Nº de enfermeiros e outro pessoal auxiliar e respectiva despesa; nº de utentes ou residentes; média da estadia; média do custo mensal da estadia; subsídio estatal por utente e residente.

Desagregação: por indivíduo inquirido, anonimizado
por instituição inquirida (IPSS), anonimizada

Período: 1980 até 2001

Suporte: Ficheiro electrónico do tipo txt

Fundamentação: A DGEP participa nos trabalhos do Comité de Política Económica da UE como representante do Ministério das Finanças. Este Comité publicou, em Setembro passado, um estudo relativo aos efeitos do envelhecimento das populações dos Estados-membros nas respectivas finanças públicas. A pedido do Conselho Económico, o CPE pretende examinar o impacto do envelhecimento da população na despesa em saúde dos Estados-membros. As projecções de longo prazo podem beneficiar da informação mais detalhada existente nas bases de dados do INE, nomeadamente, da informação contida nos micro-dados (anonimizados) dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF), dos Inquéritos às IPSS e do Painel das Famílias.

Conselho Superior de Estatística

O Conselho Superior de Estatística agradece e solicita o maior rigor no preenchimento deste Anexo no sentido de tornar mais célere a condução do processo tendente à libertação dos dados solicitados.
Este anexo tem, no entanto, um carácter de enquadramento de todos os materiais enviados pela entidade solicitante com vista ao deferimento do seu pedido.

A1.4 - Finalidade do pedido

Descreva o tipo de utilização a dar aos dados solicitados:

Estimar a evolução da despesa em saúde dos grupos etários 65-69; 70-74; 75-79; 80-84; 85+ desde 1980.
Comparar a despesa descrita acima com a despesa em saúde do grupo etário jovem.
Analisar a evolução do padrão de consumo de certos bens associados a doenças com maior impacto nos grupos seniores: álcool; tabaco; sal.
Analisar a influência do nível de educação e certos hábitos alimentares.
Analisar a influência do nível de rendimento e os hábitos alimentares.
Estimar a despesa em cuidados de saúde dos grupos seniores fornecida pelas IPSS.

Refira qual o tipo de tratamento a que os dados serão sujeitos:

Agrupar os micro-dados por grupos etários e por sexo; calcular a respectiva média; deflacionar os dados nominais; calcular a despesa per capita; calcular a despesa em relação ao grupo etário jovem; apresentação gráfica dos principais resultados; análise da correlação.
Estimar valores médios, a mediana e o coeficiente de variação das despesas, custos e subsídios das IPSS.

Que tipo de divulgação pretende a instituição fazer:

Os resultados serão usados na preparação do relatório nacional para o Estudo que o Comité de Política Económica da UE irá apresentar ao Conselho Ecofin e, posteriormente, para apreciação do Conselho Europeu de Laeken (Dez de 2001) e de Barcelona (março de 2002).
Possível divulgação em documento de trabalho da DGEP que será disponibilizado ao CSE, INE e outras instituições interessadas.
No âmbito da cooperação com a OCDE e o FMI, os resultados obtidos poderão ser fornecidos a essas instituições internacionais.

Inclui anexos demonstrativos? Descreva-os:

Os anexos servirão para explicar a metodologia utilizada, descrição sintética das fontes e dos dados, explicação de possíveis ajustamentos.

A1.5 - Pedido subsidiário (caso não seja autorizado o pedido principal)

Elementos:

média da despesa em saúde (medicamentos; tratamentos; cirurgia; consultas; análises; exames laboratoriais) dos grupos etários: 65-69; 70-74; 75-79; 80-84; 85+, e 14-24.
despesa das IPSS por utente ou residente para os grupos etários: 65-69; 70-74; 75-79; 80-84; 85+.

Variáveis:

consumo per capita de álcool; sal; tabaco por grupos etários 15-19; 20-24; 25-29; ...; 85+.
nº de enfermeiros e outro pessoal das IPSS; nº de utentes ou residentes; idade média dos residentes; despesa média por utente e residente.

Desagregação:

por sexo; total; por níveis de educação

Período:

1980 até 2001

Suporte:

Ficheiro electrónico do tipo txt



DECLARAÇÃO

A DIRECÇÃO GERAL DE ESTUDOS E PREVISÃO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo sobre as informações fornecidas e usá-las exclusivamente para os fins mencionados nos elementos enviados ao Conselho Superior de Estatística na carta com a referência 228 de 9 de Abril de 2001.
2. Só publicar aqueles dados estatísticos se agrupados a outros dados, de uma forma que não permita qualquer identificação, directa ou indirecta, das unidades estatísticas, o que significa que os dados estatísticos só podem ser publicados caso se referiram a três ou mais unidades por variável ou conjunto de variáveis base para ventilação da informação.
3. Permitir ao CSE, se este assim entender, a verificação dos requisitos mencionados nos pontos anteriores.

Lisboa, de Julho de 2001

Nome (.....)

Cargo (.....)